

‘IBGE deve ser autônomo, como o BC’

Para o ex-presidente do instituto, Simon Schwartzmann, falta de autonomia estimula críticas como as feitas por Lula

POLÍTICA SOCIAL

Clarissa Thomé
Karine Rodrigues
RIO

O presidente do Instituto do Estudo e Trabalho da Sociedade (IETS), Simon Schwartzmann, defendeu ontem a autonomia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para dar maior credibilidade às pesquisas do órgão. O historiador e cientista político — que foi presidente do IBGE entre 1994 e 1998 — fez a defesa depois das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à pesquisa da instituição que mostrou que a obesidade é problema maior do que a desnutrição no Brasil.

“Da mesma forma que se discute a autonomia do Banco Central para fortalecer a credibilidade do governo na área econômica, deve-se aproveitar essa polêmica criada pelas declarações do presidente Lula para discutir a autonomia do IBGE. Não acho que o governo esteja perseguindo o instituto ou vá fazê-lo. Mas o fato de não ter nenhuma autonomia cria situações como essa”, disse Schwartzmann.

O historiador ressaltou, no entanto, que o presidente não criticou o IBGE, mas institutos de pesquisa de opinião. Lula disse que a fome não pode ser medida por pesquisas porque as pessoas “têm vergonha” de reconhecer que passam fome. Ele citou institutos como Ibope, Datafolha e Vox Populi, mas não criticou diretamente o IBGE, que havia divulgado na véspe-



DEFESA – Para Schwartzmann, que presidiu o IBGE nos anos 90, ‘o presidente foi mal assessorado’

ra a Pesquisa de Orçamentos Familiares. “A primeira leitura que se fez das declarações do presidente foi que houve uma espécie de desautorização. Isso frustra as pessoas que fazem o melhor que podem. O presidente foi mal assessorado”, afirmou.

Schwartzman defendeu a qualidade das pesquisas do IBGE. “São pesquisas de padrão, reconhecidas internacionalmente e de-

vem ser usadas como instrumentos de políticas públicas.”

PROTESTO

Anteontem, dois funcionários do IBGE fizeram protesto solicitando defesa pública do trabalho desenvolvido pelo órgão. “O que o presidente colocou é uma inverdade. Foi um fato lamentável que vai dificultar muito o nosso trabalho. Ele demonstrou desconheci-

mento completo da pesquisa e do IBGE. Gostaríamos que a direção defendesse a gente, nos sentimos indignados”, disse um agente identificado como Valdetaro. Ele foi apoiado pelo colega Alceu Alfredo Matubayashi, no lançamento da pesquisa sobre registro civil.

Em seguida, o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, desautorizou o protesto. Depois de dizer que recebe as declara-

‘Convivemos com subnutrição e obesidade’

PESQUISA: Apesar da tendência de sobrepeso da população brasileira, o Ministério do Desenvolvimento Social defende os projetos de combate à fome e de transferência de renda do governo federal com base nas desigualdades que ainda existem no País. “A pesquisa não desqualifica os projetos do governo, que são absolutamente necessários. Convivemos com a subnutrição e a obesidade”, disse a secretária-executiva do MDS, Márcia Lopes.

O secretário de Avaliação e Gestão do ministério, Rômulo Paes de Sousa, cita como exemplo uma pesquisa feita pela Universidade de São Paulo (USP), da qual participou, mostrando que, entre 1999 e 2002, 30 mil pessoas morreram por desnutrição no Brasil. Os dados são do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde. “Muitas vezes, nas crianças, a desnutrição é mascada

por uma infecção, mas a causa dessa infecção é a falta de nutrientes”, diz Sousa.

De acordo com Sousa, uma pesquisa nacional de alimentação e nutrição feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1989 já mostrava a tendência de sobrepeso. Por isso, os programas de segurança alimentar já levam em conta essa situação.

“Mas estar gordinho não significa estar bem nutrido”, disse.

O secretário afirmou ser difícil colocar em programas como o Bolsa-Família critérios de nutrição e também descartou a possibilidade de serem inseridos critérios de segurança alimentar nas contrapartidas do programa, por serem “difíceis de mensurar”. Sousa esclareceu que o Ministério da Saúde, no programa Saúde da Família, inclui educação alimentar nos temas tratados pelos agentes comunitários de saúde.

ções de Lula com “absoluta tranquilidade”, ressaltou que o instituto tem por missão fazer pesquisas e “qualquer cidadão tem o direito de criticar — ainda mais se for um presidente da República.” Fez questão de lembrar que o levantamento criticado foi realizado durante 12 meses, entre 2002 e 2003, por meio da visita a 48.470 domicílios espalhados por todo o País, com um orça-

mento de R\$ 12 milhões. “Recrutamos mil entrevistadores, cada um passou 9 dias em cada uma das casas visitadas, registrando todos os movimentos da família relativos ao orçamento”, disse, detalhando que cada alimento era pesado e medido, assim como cada pessoa da família. Segundo ele, as trenas e balanças usadas foram adquiridas com apoio do Ministério. ■